



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**

**PREÂMBULO**

<b>DIA:</b>	<b>09 DE OUTUBRO DE 2018(terça-feira)</b>
<b>HORA:</b>	<b>11:00 horas (Tolerância de 5 minutos)</b>
<b>LOCAL:</b>	<b>Sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>Av. Dedo de Deus, nº 1161 - Bairro - Centro - Guapimirim-RJ</b>
<b>INFORMAÇÕES:</b>	<b>cpl.casacivil@guapimirim.rj.gov.br</b>
<b>PROCESSO:</b>	<b>Nº 11416/2017</b>

**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1** O Município de Guapimirim por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, através do PREGOEIRO com auxílio de sua equipe de apoio, todos designados pela Portaria nº 059 de 15 de Julho de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que no dia, hora e endereço indicados no PREÂMBULO deste Edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", que será regida pela Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n. 1302 de 03 de setembro de 2018 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.
- 1.2** O edital se encontra disponível no endereço identificado no PREÂMBULO podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) folha de papel sulfite 70 mg2 e a apresentação do carimbo de identificação da empresa, constando o CNPJ, na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no horário de 8:00h às 17:00h
- 1.2.1** Ocorrendo caso facultativo, de outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do evento na data indicada no preâmbulo do edital, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**2. DO OBJETO**

**2.1** Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1 (UM) TRATOR AGRÍCOLA TURBO DIESEL 4X4 CABINADO, 1 (UMA) GRADE ARADORA, 1 (UMA) GRADE NIVELADORA E 1 (UMA) PLANTADEIRA E ADUBADORA DE 4 LINHAS, TODOS NOVOS E COM ZERO HORA DE USO, FIRMADO COM CONVÊNIO SICONV 846745/2017 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA** conforme as especificações constantes do Anexo II (Termo de Referência).

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**3.1** Os recursos necessários à realização do serviço ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária

**02.14.20.601.000033.1.00110.000 ED 449052**



**3.2 VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 220.383,03 (Duzentos e vinte mil, trezentos oitenta e três centavos)**

- **Os Anexos, III, IV, V, VI e VIII supracitados, devendo os mesmos somente ser assinados, por um dos sócios da empresa, restando motivo de Inabilitação, desclassificação ou não credenciamento caso não seja observada a formalidade.**

#### **4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Poderão participar deste Pregão quaisquer **licitantes** que:

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- b) atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e
- c) declarem possuir os documentos de habilitação requeridos no **Item 9 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, através do **Modelo de Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de habilitação (Anexo V)**, que deverá apresentada juntamente com o credenciamento, fora dos envelopes, e anexado ao envelope "Proposta". (Declaração obrigatória, sem a qual a Empresa não será credenciada.)

**4.2** Não poderão concorrer neste **Pregão**:

**4.2.1** empresas que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**4.2.2** empresas estrangeiras que não funcionem no país;

**4.2.3** Os licitantes que tenham participado da elaboração do Termo de Referência como autores ou colaboradores, bem como de licitantes cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenham participado como autores ou colaboradores do Termo de Referência;

**4.2.4** os licitantes em consórcio;

**4.2.5** os licitantes seja o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

**4.2.6** os licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas paraestatais, fundações ou autarquias; e

**4.2.7** os licitantes suspensos do direitos de licitar, no prazo e nas condições do impedimento; as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, em ambos os casos, nos níveis federal, estadual ou municipal, bem como, as que estiverem em regime de Recuperação Judicial, Extrajudiciais ou Falência.

**4.2.1** Os licitantes que tenham participado da elaboração do Termo de Referência como autores ou colaboradores, bem como de licitantes cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenham participado como autores ou colaboradores do Termo de Referência;

4.2.3 de licitantes sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou Jurídicas;

## 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste **edital**, o representante legal da **licitante** deverá apresentar-se ao **Pregoeiro** para efetuar o seu credenciamento como participante deste **Pregão**, munido da carteira de identidade, ou de qualquer outro documento oficial de identificação (com foto), e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes de "**Proposta de Preços**" e de "**Documentação**" relativos a este **Pregão**.

5.1.1 Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste **Edital**, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

5.1.2 Somente poderá participar da **fase de lances verbais** o representante legal da **licitante** devidamente credenciado.

5.2 Consideram-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela **licitante**, mediante **estatuto/contrato social (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)**, e instrumento público ou particular de **procuração com firma reconhecida em cartório**, que comprovem os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente, ou **Carta de Credenciamento**. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou documento equivalente.

5.2.1 Entende-se por documento credencial:

- a) **estatuto/contrato social (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)** quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; acompanhado de documento pessoal com foto (originals ou cópia autenticada).
- b) **procuração** ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, acompanhado de documento pessoal com foto e do Estatuto/Contrato Social (cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro).
- c) **Carta de credenciamento** segundo o modelo constante do Anexo IV deste Edital, devidamente preenchido, acompanhada da apresentação dos documentos de identidade do credenciado com foto (original ou cópia autenticada) e Estatuto ou Contrato Social (originais ou cópia autenticada) para verificação pelo Pregoeiro.
- d) **Observação:** O instrumento previsto na alínea "a" (**estatuto/contrato social juntamente com RG e CPF do sócio**) deverá acompanhar a Carta de Credenciamento (Anexo IV) ou o instrumento previsto na alínea "b" (**procuração ou documento equivalente da licitante**).

5.2.2 O documento credencial deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor





recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

**5.2.3** Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

**5.2.4** O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" ou "Documentação" relativos a este Pregão.

**SOMENTE SERÁ APROVEITADA A SUA PROPOSTA ESCRITA.**

**5.3.** Os documentos referidos nas alíneas "a" e "b" do item 5.2.1, deverão ser apresentados **em separado** dos envelopes referidos no item 6, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as primeiras farão, posteriormente, parte dos autos, ainda, os mesmos documentos acima mencionados deverão ser acompanhado do Anexo 08 (modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação), bem como, do contrato social no caso do documento referente a alínea "b" e documento do credenciado ou sócio da empresa.

**5.3.1** Quaisquer documentos apresentados em forma de cópias reprográficas deverão estar devidamente autenticados ou acompanhados dos originais para sua autenticação.

#### **5.4 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

**5.4.1** – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Municipal n.º 849, de 27 de março de 2015, deverá apresentar declaração na forma do Anexo VIII deste Edital, **fora dos envelopes e juntamente com o credenciamento.**

**5.4.1.1** A falta de declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Municipal n.º 849, de 27 de março de 2015, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

**5.4.1.2** O Pregoeiro poderá adotar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Municipal n.º 849, de 27 de março de 2015.

**5.4.1.2.1** Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital (ECD), desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da



apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital -SPED);

**5.4.1.2.2** A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise;

**5.4.1.2.3** Para fins de definição do "último exercício social" da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o prazo legal, fixado pelo Código Civil, artigo 1.078, qual seja, o dia 30 de abril de 2016.

**5.4.2** Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra, se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no artigo 31 da Lei Federal n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009, e alterações, a licitante ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser CONTRATADA, poderá não se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, com decorrência da sua EXCLUSÃO OBRIGATORIA DO SIMPLES NACIONAL, CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO, em consequência de que dispõe os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações.

**5.4.2.1** A licitante ME ou EPP optante poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se dedica EXCLUSIVAMENTE à atividade de limpeza e conservação, não exercendo em conjunto com outras atividades para as quais NÃO SEJA VEDADA A OPÇÃO pelo Simples Nacional, em observância do artigo 17, caput e incisos, c/c o artigo 30, § 5º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

**5.4.2.2** Caso a licitante não atenda aos requisitos previstos no subitem 10.3.3.1, ficará IMPEDIDA DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

**5.4.3.3** Na hipótese aventada no subitem 10.3.3.2, a licitante optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser CONTRATADA, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no artigo 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações;<sup>1</sup>

**5.4.3.4** Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Contratante, em obediência ao princípio da

proibidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações;

**5.4.3.5** Ocorrendo o atendimento dos requisitos listados no subitem 7.3.3.1, a licitante poderá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no artigo 18, § 5º-C, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial no tocante às alíquotas fixadas no **Anexo IV da citada Lei complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.**

## **6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**


**6.1** A "PROPOSTA DE PREÇOS" e os "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO" deverão ser apresentados no dia, hora e local designados para a realização do Pregão, quando assim solicitados pelo Pregoeiro, condicionados em envelopes separados e lacrados, identificados com os seguintes elementos:

**6.2** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, salvo os que o Edital permitir, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os Envelopes nº 1 e

<b>ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS</b>	<b>ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO</b>
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ.</b>
<b>PREGÃO Nº 28/2018</b>	<b>PREGÃO Nº 29/2018</b>
Data e hora de abertura.	Data e hora de abertura.
Razão Social e CNPJ.	Razão Social e CNPJ.
Endereço completo do licitante.	Endereço completo do licitante.

## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1** A proposta de preços será apresentada com assinatura do proponente e sem rasuras, emendas ou anelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

- Em uma via, emitida somente por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, carimbada, rubricadas todas as folhas e assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, podendo utilizar-se da Proposta de Preços. **NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS ELABORADAS COM O APROVEITAMENTO DO ANEXO I CONSTANTE DESTA EDITAL.**
  - Fazer menção ao número deste **Pregão** e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP.
  - Indicar expressamente a **MARCA** e as especificações, quando couber, além de quaisquer outros elementos que possibilitem evidenciar, com absoluta clareza e quando solicitada, **prospectos e/ou folder técnico**, explicativo,
- 

contendo todas as especificações técnicas, para melhor visualização do produto ofertado.

**d) Preço(s) unitário(s) e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s)**, expressos em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, garantias, fornecimento de certidões e documentos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza etc.). Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**e) Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.**

**f) A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.**

**g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.** As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos. Caso seja indicado prazo de validade da proposta inferior ao mínimo permitido, o pregoeiro efetuará diligência para confirmação, alteração ou desclassificação, conforme for o caso.

**h) Declarar explicitamente, na proposta, de que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades.**

**i) PRAZO DE PAGAMENTO:** Até 30 (trinta) dias após o fornecimento

**j) LOCAL DO FORNECIMENTO:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, Estrada Imperial, nº 2919-Bananal-Guapimirim-RJ

**k) PRAZO DO SERVIÇO:** O prazo de vigência deste Contrato será de 30 (trinta) dias, partindo data de sua assinatura. A entrega deverá ocorrer após a emissão da ordem de fornecimento.

**l) OBSERVAÇÃO:** *Quaisquer dados acima não constantes na Proposta de Preços, após a análise da mesma e considerados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio simplesmente irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, poderão ser preenchidos no ato da sessão, pelo representante presente, com a devida autorização do Pregoeiro, desde que não alterem o conteúdo e, também não afete a idoneidade das propostas de preço, não será causa de desclassificação.*

**7.2** Nos valores que forem propostos serão consideradas as seguintes regras:

**a)** Quanto à fração relativa aos centavos, apenas os numerais correspondentes às duas primeiras casas decimais que se seguirem à vírgula, sem qualquer tipo de arredondamento;





**b)** discrepância entre os valores expressos em numerais e por extenso, valem estes últimos;

**c)** discrepância entre o valor unitário e o global, vale apenas o primeiro.

**7.3** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de:

**a)** soma e/ou multiplicação;

**b)** falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes de "propostas de preços" com poderes para esse fim; e

**c)** a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de "documentos para habilitação".

**7.3** Os documentos exigidos no ENVELOPE "2" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser da seguinte forma:

**7.3.1** em original;

**7.3.2** por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado, ou por Cartório competente;

**7.3.3** publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.4** A não apresentação da documentação conforme subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante".

## **8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1** No local, no e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com a declaração mencionada no item 3.3 e com os envelopes "1" e "2", apresentados na forma anteriormente definida.

**8.2** Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no item 6, o Pregoeiro procederá a abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a conseqüente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

**8.3** Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

**8.4** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam o preços.

**8.5** Aos licitantes qualificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.





**8.6** O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

**8.7** Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

**8.8** Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar

**8.9** No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

**8.10** Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

**8.10.1** Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% àquela mais bem classificada

**8.10.2** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese para o exercício de igual direito.

d) Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas de molde a se identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.10.3** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.11** A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

**8.12** A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 15 do edital.

**8.13** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**8.14** Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

**8.14.1** No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances verbais, sem prejuízo do disposto no item 8.13, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

**8.15** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

**8.15.1** Será desclassificada a proposta ou o lance com valor superior ao preço máximo admitido, na forma do item 3.2.

**8.16** Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

**8.17** Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará o licitante vencedor.

**8.18** Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que o licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ele adjudicado quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos.

**8.19** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

**8.20** Da reunião haverá ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão, bem como pelos licitantes presentes.

**8.21** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

**8.22** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

## **9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**9.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





**9.1.1** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>);

**9.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO;CERTIDAO:0;>);

**9.1.5** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.6** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **9.2. Habilitação jurídica:**

**9.2.1** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

**9.2.2** em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**9.2.3** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.2.4** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**9.2.5** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**9.2.6** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.2.7** Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

## **9.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



**a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.2.1)** caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.3)** Fazenda Municipal: Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, da sede do licitante e/ou da Certidão Quanto a Dívida Ativa do Município expedida;

**d)** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

**e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**f)** caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.3.1** Em se tratando de ME ou EPP, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será registrada a aceitação da proposta da licitante no sistema eletrônico, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**9.3.2** Nessa hipótese, o(a) Pregoeiro(a) dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante detentora da proposta aceita para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**9.3.3** A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas nos subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 7º, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

**9.3.4** Na hipótese da não-contratação da ME ou EPP, nos termos previstos no subitem 8.11.2, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarada vencedora.

**9.3.5** Declaração de Fatos Impeditivos para Habilitação (ANEXO V);

**9.3.6** Declaração do licitante (Anexo III) de que não possui em seu quadro de empregados menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88

**9.3.7** As certidões valerão pelos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias contados de sua expedição.

#### **9.4 Qualificação Econômico-Financeira**

**9.4.1** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, desde que substituídos por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta; As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela junta comercial.

**9.4.11** Provisão de capital integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 1% (um por cento) sobre o valor estimado da licitação, na forma prevista pelos §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Esta provisão deverá ser feita com documento que comprove o registro do ato correspondente.

**9.4.15** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição de até 90 (noventa) dias;

**9.4.16** No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

**9.4.17** As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial ou extrajudicial.



## **9.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**9.6.1** Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de certidão(ões) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a contento, os itens da mesma natureza ou similar, objeto aqui licitado.

**9.6.1.1** Somente será considerado válido o Atestado que contenha o timbre da referida entidade pública ou privada, CNPJ, endereço, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada por seu nome e cargo na entidade, estando estas informações sujeitas a conferência.

## **10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**10.1** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 5 (cinco) dias antes da abertura da sessão, por escrito, no Protocolo Geral localizado à Avenida Dedo de Deus 1161, de 8:00 (oito) até 17:00 (dezessete) horas;

**10.1.1** Caberá ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio responder aos pedidos de esclarecimentos até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

**10.2** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura do pregão, devendo protocolar o pedido no Protocolo Geral localizado à Avenida Dedo de Deus 1161, de 8:00 (oito) até 17:00 (dezessete) horas;

**10.2.1** Deverá a Autoridade Superior julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, auxiliada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

**10.3** Os licitantes poderão formular impugnações ao edital até 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão, que deverão ser protocoladas no Protocolo Geral localizado à Avenida Dedo de Deus 1161, de 8:00 (oito) até 17:00 (dezessete) horas;

**10.3.1** Deverá a Autoridade Superior julgar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas útil antes da abertura da sessão, auxiliada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

**10.4** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

**10.5** A impugnação poderá ter efeito suspensivo, quando a licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes, devendo ser adiada e remarcada.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** Ao final da sessão e declarada a vencedora da licitação pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso (registro das razões em ata), quando será concedido o prazo de 3



**GUAPI**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E PESCA

PROCESSO: 11416/2017

FOLHA 409

RÚBRICA:   

**(três) dias** para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**11.2** A não apresentação das razões escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais;

**11.3** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, do objeto da licitação pelo Pregoeiro, ao vencedor;

**11.4** O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**11.5** Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, protocolados no Protocolo, à Avenida Dedo de Deus, nº 1.161-Centro-Guapimirim-RJ, das 9 (nove) às 17 (dezesete) horas, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso devidamente instruído, ao Secretário Municipal de Saúde, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

**11.6** Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO , HOMOLOGAÇÃO E CONTRATATAÇÃO :**

**12.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior (Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Pecuária);

**12.2** Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Autoridade Superior (Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Pecuária), adjudicará e homologará o procedimento;

**12.3** Integra o presente Edital, sob a forma de anexo, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Pecuária e a Adjudicatária;

**12.3.1** No caso de possibilidade e adoção da substituição do Termo de Contrato por um de seus instrumentos hábeis, aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 55 desta Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**12.4** Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no artigo 58, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993;

**12.5** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Secretário Municipal Agricultura, Pesca e Pecuária, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Pecuária, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro



de Pessoas Físicas (CPF) do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente;

**12.6** Deixando a Adjudicatária de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

**12.7** A Adjudicatária deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.”.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

**13.1.1** Advertência por escrito;

**13.1.2** Multa, nos seguintes termos:

**13.1.2.1** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

**13.1.2.2** 10% (dez) por cento sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

**13.1.2.3** 20% (vinte) por cento sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuir-lhe o valor da ainda, fora das especificações contratadas;

**13.1.3** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos ou impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do cadastro de fornecedores municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**13.1.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei Nº 8.666/93;

**13.2** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

**13.2.1** Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;





**13.2.2** Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

**13.2.3** Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

**13.2.4** Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

**13.2.5** Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

**13.2.6** Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento de bens de baixa qualidade;

**13.3.3** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos subitens **13.1.1**, **13.1.3** e **13.1.4**;

**13.4** A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**;

**13.5** As sanções relacionadas nos itens **13.1** também poderão ser aplicadas àquele que:

**13.5.1** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**13.5.2** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

**13.5.3** Não manter a proposta;

**13.5.3** Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

**13.5.5** Comportar-se de modo idôneo;

**13.5.6** Cometer fraude fiscal;

**13.5.7** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame.

**13.5.8** Deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou tumultuar o certame;

As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Guapimirim

#### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1** Fornecido o objeto deste termo, o licitante vencedor deverá apresentar, mediante entrega no Departamento de Compras a nota fiscal/fatura, emitida, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada (s) dos seguintes documentos:

**14.1.1.** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF.

**14.1.2.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.



**14.1.3.** Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante vencedor.

**14.2.** O pagamento será efetuado pelo Município de Guapimirim, no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias consecutivos, contados da entrega da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através da Caixa Econômica Federal, creditada em conta corrente do licitante vencedor.

**14.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

**14.3.1.** A falta de atesto pelo representante do Município de Guapimirim, com relação ao cumprimento do objeto deste Termo e da licitação, das notas fiscais emitidas pelo licitante vencedor.

**14.3.2.** Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 9.1.1 a 9.1.3, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município de Guapimirim nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

**14.3.3.** Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que o licitante vencedor apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, fica assegurado ao licitante vencedor, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente entregues e atestados.

**14.4.** O Município de Guapimirim pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor.

## **15- DO PRAZO**

**15.1** O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua assinatura.

**15.2** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, I, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para o CONTRATANTE

## **16. DO REAJUSTE**

**16.1** Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente.

**16.2** Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao consumidor Amplo Especial –IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

**16.3** O CONTRATADO não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço ou fornecimento que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADO, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.



## **17. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**17.1** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, a máquina de que trata o objeto do presente Termo e da licitação, serão recebidos da seguinte forma:

**17.1.1. Provisoriamente**, assim que for entregue a máquina, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações exigidas neste Termo e na licitação, bem como, com as constantes da proposta apresentada pela empresa contratada.

**17.1.2. Definitivamente**, em até 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e compatibilidade com as especificações do objeto e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**17.2.** O recebimento, provisório e definitivo, da máquina ficará a cargo do servidor municipal que será designado para esta finalidade, cabendo a este o atesto da Nota Fiscal.

**17.3.** O atestado de recebimento provisório, registrado em cashote ou nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos produtos.

**17.4.** A máquina entregue, em desacordo com o objeto contratado, deverá ser substituída. Neste caso, o prazo para substituição ou complementação, será determinado pela Administração Municipal e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas.

**17.5.** Não será aceito a máquina que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo, nem quaisquer custos de funcionamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento.

**17.6.** Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo o licitante vencedor interromper a entrega da máquina até o saneamento das irregularidades.

**17.7.** Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do licitante vencedor, não incidirá sobre o Município de Guapimirim qualquer ônus, inclusive financeiro.

**17.8.** O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá entregar a máquina, objeto do presente termo na sede do município de Guapimirim, no endereço informado no item 5, sem nenhum ônus adicional.

**17.9.** O recebimento definitivo da máquina, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade do(s) licitante(s) vencedor(s), quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Guapimirim, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** O CNPJ da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ é 39.547.500/0001-83.

**18.2** Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



**18.3** A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital.

**18.4** As normas que disciplinam este pregão presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**18.5** Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às de outras licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista, tal como proposta alternativa.

**18.6** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

## 19 DO FORO

**19.1** Fica eleito o foro da cidade de Guapimirim para dirimir quaisquer questões, dúvida ou demandas referentes à execução do objeto desta licitação e adjudicação delas corrente;

**20.** Constituem os Anexos do presente edital:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	PROPOSTA DE PREÇO
II	TERMO DE REFERÊNCIA
III	MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 7º, XXXVII, CF/88
IV	MODELO DE CARTÃO DE CREDITAMENTO
V	DECLARAÇÃO DE FALTAS IMPEDITIVAS PARA HABILITAÇÃO
VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
VII	MINUTA DE CONTRATO
VIII	DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**20.1** Quaisquer esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação poderão ser obtidos junto CPL – Pregoeiro e Equipe de Apoio, na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, sito à Av. Dedo de Deus nº 1161, no período das 10:00h às 16:00 horas.

Guapimirim/RJ, 26 de outubro de 2018.

DANIEL EUGÊNIO FIGUEIREDO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA



**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**  
PROPOSTA DE PREÇO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1 (UM) TRATOR AGRÍCOLA TURBO DIESEL 4X4 CABINADO, 1 (UMA) GRADE ARADORA, 1 (UMA) GRADE NIVELADORA E 1 (UMA) PLANTADEIRA E ADUBADORA DE 4 LINHAS, TODOS NOVOS E COM ZERO HORA DE USO, FIRMADO COM CONVÊNIO SICONV 846745/2017 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.**

IT EM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T	MARC A	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	GRADE ARADORA COMPATÍVEL COM O TRATOR: GRADE ARADORA 14DSCX 26"; CONTROLE REMOTO 14 DISCOS RECORTADOS 26"X6MM ESPAÇAMENTO MÍNIMO 235MM, 02 OU 04 EIXOS, MANCAL A GRAXA COM PINOS GRAXEIROS, COM ARO E PNEUS 16". - GRADE ARADORA 14DSCX 26"; CONTROLE REMOTO 14 DISCOS RECORTADOS 26"X6MM ESPAÇAMENTO MÍNIMO 235MM, 02 OU 04 EIXOS, MANCAL A GRAXA COM PINOS GRAXEIROS, COM ARO E PNEUS 16".	UND	1		R\$ 23.139,8700	R\$ 23.139,87
2	GRADE NIVELADORA COMPATÍVEL COM O TRATOR - GRADE NIVELADORA COM NO MÍNIMO 32 DISCOS X 18" X 3,5MM DE ENGATE NOS TRÊS PONTOS DO TRATOR, COM MANCAIS A GRAXA OU ÓLEO.	UND	1		R\$ 22.169,9000	R\$ 22.169,90
3	PLANTADEIRA/ADUBADEIRA COMPATÍVEL COM O TRATOR - PLANTIO CONVENCIONAL; CAIXAS EM POLIETILENO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 45 LITROS PARA SEMENTE E 60 LITROS PARA ADUBO; CHASSI DE 280MM, LARGURA ÚTIL DE 2400MM, LARGURA TOTAL	UND	1		R\$ 23.840,5800	R\$ 23.840,58

	DE 3300MM, APROXIMADAMENTE; PESO APROXIMADO DE 766KG.					
4	TRATOR NOVO DE RODAS ANO/MODELO 2018 OU POSTERIOR - POTÊNCIA MÍNIMA DE 75CV; TRACÇÃO 4X4; MOTORDIESEL, TURBO DE NO MÍNIMO 04 CILINDROS; SISTEMA HIDRÁULICO DE TRÊS PONTOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE LEVANTE DE 3.400KG; SISTEMA DE CONTROLE REMOTO SIMPLES DE NO MÍNIMO DUAS VIAS; CAIXA DE MARCHA COM TRANSMISSÃO MÍNIMA DE 12 VELOCIDADES A FRENTE E 4 A RÉ; PISCAS DIRECIONAIS E LUZ DE FREIOS, COM FARÓIS AUXILIARES TRASEIROS E NOTURNOS; ACELERADOR MANUAL E DE PÉ; FREIOS DE SERVIÇO COM ACIONAMENTO INDEPENDENTE, FREIO DE ESTACIONAMENTO; ALAVANCA TRASEIRA DE REGULAGEM SISTEMA HIDRÁULICO; CILINDRO AUXILIAR DE LEVANTE HIDRÁULICO; BARRA DE TRACÇÃO; TOMADA DE FORÇA INDEPENDENTE; TERCEIRO PONTO, COM PESO AUXILIAR A FRENTE E TRASEIRA; COM CABINE ORIGINAL INSTALADA DE FÁBRICA; COM AR CONDICIONADO; COM PAINEL DE INSTRUMENTOS COM HORÍMETRO, INDICADOR DE COMBUSTÍVEL E TEMPERATURA, LUZES DE ADVERTÊNCIA, INDICADORES DE DIREÇÃO E BUZINA; BANCO REGULÁVEL COM CINTO DE SEGURANÇA; CHAVES DE RODA; RODADO DIANTEIRO 12.4-24R1; RODADO TRASEIRO 18.4-30R1 COM NO MÍNIMO 08 LONAS.	UND	1		R\$ 151.232,700	R\$ 151.232,70





**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS.**

**DECLARAR EXPRESSAMENTE, NA PROPOSTA, DE QUE ATENDE TODAS AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS, DE PRAZOS DE ENTREGA E QUANTIDADES.**

**PRAZO DE PAGAMENTO:** Até 30(trinta) dias após o fornecimento

**LOCAL DO FORNECIMENTO:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca- Estrada Imperial, nº 1919-Bananal-Guapimirim-Rj

**PRAZO DO SERVIÇO:** O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da data de sua assinatura. A entrega deverá ocorrer após a emissão da ordem de fornecimento.

**OBS: A empresa declarada vencedora apresentará, no prazo de até 48 (quarenta e oito ) horas, à partir do resultado final da habilitação declarando a licitante vencedora, nova planilha detalha respeitando o valor final da licitação.**

**MANUATA**



**ANEXO II**

<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>					
<b>1. OBJETO</b>					
Aquisição de trator e seus implementos agrícolas					
<b>2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO</b>					
<p>O Município de Guapimirim está localizado a 50 km da cidade do Rio de Janeiro, possui 361 km<sup>2</sup>, faz limites com os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Magé, Cachoeira de Macacu, além da Baía da Guanabara. Tem uma população Urbana estimada em 55142 habitantes e uma população rural estimada em 1858 habitantes, dentre os quais composto por 51% de homens e 49% de mulheres. Em 2014, Guapimirim tinha PIB per capita de R\$ 13756.22. Comparado aos demais municípios do estado, se posicionava entre em 84 de 92. E quando comparado a outros municípios do Brasil, essa colocação é 2808 de 5570. Guapimirim tinha em 2015, 83.4% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação aos outros municípios de RJ, está em 23 de 92 e quando comparado a municípios no Brasil todo, fica em 3376 de 5570. O Índice de Desenvolvimento Humano-M de 0,698, 63º no ranking estadual. Apresentando 247 estabelecimentos agropecuários totalizando 14.396 hectares de área, tem na atividade agropecuária cerca de 1182 empregos diretos e 5910 empregos indiretos (fonte Censo Agropecuário IBGE-2006). A maior parte dos estabelecimentos é de agricultores familiares, com a aquisição dos objetos dessa proposta o poder público municipal poderá dar o apoio a essas famílias, através de serviços de mecanização do plantio, ajudando a melhorar as condições de trabalho da população rural e aumentando a renda dessas famílias, auxiliando na redução da imigração da população das áreas rurais para os centros urbanos. Serão beneficiados cerca de 100 agricultores familiares.</p>					
<b>3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO</b>					
<b>Especificação dos Equipamentos/Material Permanente/Consumo</b>					
<b>MATERIAL</b>	<b>CÓDIGO DO CATÁLOGO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>TOTAL</b>
3.1. TRATOR DE RODAS 4x4 3.1.1. Potência mínima de 75cv; 3.1.2. Tração 4x4; 3.1.3. Motor diesel, podendo ser ou não turbo, de no mínimo 04 cilindros; 3.1.4. Sistema hidráulico de três pontos, com capacidade mínima de levantar de 3.400kg; 3.1.5. Sistema de controle remoto simples de no mínimo duas vias; 3.1.6. Caixa de marcha com transmissão mínima de 12 velocidades a frente e 4 a ré; 3.1.7. Piscas direcionais e luz de freios, com faróis	-	UN	01	145.000,00 (valor máximo)	-







auxiliares traseiros e noturnos;					
3.1.8. Acelerador manual e de pé;					
3.1.9. Freios de serviço com acionamento independente, freio de estacionamento;					
3.1.10. Alavanca traseira de regulagem sistema hidráulico;					
3.1.11. Cilindro auxiliar de levante hidráulico;					
3.1.12. Barra de tração;					
3.1.13. Tomada de força independente;					
3.1.14. Terceiro ponto, com peso auxiliar a frente e traseira;					
3.1.15. Toldo com estrutura de proteção contra capotamento;					
3.1.16. Banco regulável com cinto de segurança;					
3.1.17. Chaves de roda;					
3.1.18. Rodado dianteiro 12.4-24R1;					
3.1.19. Rodado traseiro 18.4-30R1 com no mínimo 08 lonas;					
3.2. GRADE ARADORA, COMPATÍVEL COM O TRATOR					
3.2.1. Grade Aradora 14 dsc x 26";					
3.3. GRADE HIDRÁULICA, COMPATÍVEL COM O TRATOR					
3.3.1. Grade niveladora c/ 32 dsc x 18";					
3.4. PLANTADEIRA/ADUBADEIRA, COMPATÍVEL COM O TRATOR					
3.4.1. Plantadeira adubadeira com 4 linhas.					
	-	UN	01	22.900,00	-
				0	
				(valor	



			máximo)	
-	UN	01	11.220,00 (valor máximo)	-
	UN	01	22.900,00 (valor máximo)	-

**4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

**4.1.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, a máquina de que trata o objeto do presente Termo e da licitação, serão recebidos da seguinte forma:

**4.1.1. Provisoriamente,** assim que for entregue a máquina, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações exigidas neste Termo e na licitação, bem como, com as constantes da proposta apresentada pela empresa contratada.

**4.1.2. Definitivamente,** em até 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e compatibilidade com as especificações do objeto e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**4.2.** O recebimento, provisório e definitivo, da máquina ficará a cargo do servidor municipal que será designado para esta finalidade, cabendo a este o atesto da Nota Fiscal.

**4.3.** O atestado de recebimento provisório, registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos produtos.

**4.4.** A máquina entregue, em desacordo com o objeto contratado, deverá ser substituída. Neste caso, o prazo para substituição e/ou complementação, será determinado pela Administração Municipal e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas.

**4.5.** Não será aceito a máquina que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento.

**4.6.** Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo o licitante vencedor interromper a entrega da máquina até o saneamento das irregularidades.

**4.7.** Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do licitante vencedor, não incidirá sobre o Município de Guapimirim qualquer ônus, inclusive financeiro.

**4.8. O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá entregar a máquina, objeto do presente termo na sede do município de Guapimirim, no endereço informado no item 5, sem nenhum ônus adicional.**

**4.9.** O recebimento definitivo da máquina, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade do(s) licitante(s) vencedor(s), quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Guapimirim, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)

**5. LOCAIS DAS ENTREGAS DO BEM/SERVIÇOS**

**5.1.** O material deverá ser entregue no endereço abaixo indicado.



Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca

Estrada Imperial, nº 1919 – Bairro Bananal – Guapimirim – RJ – CEP 25946-440

## **6. PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**6.1.** O prazo de entrega será de, no máximo 30 (Trinta) dias no local indicado no Termo de Referência, contados a partir da data de compra do bem, que se dará com a proclamação do vencedor do certame. Execução de forma única. A vigência do contrato terá termo com o fim da garantia dada ao objeto e pactuada no presente.

## **7. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**7.1.** Durante o período de vigência da presente aquisição, o fornecimento ocorrerá de acordo com as instruções a serem dadas pelo Departamento de Compras deste município ou por servidor designado para este fim.

**7.2.** O representante do município de Guapimirim anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega da máquina objeto deste Termo e da licitação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**7.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**7.4.** A Adjudicatária deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento do objeto deste termo, desde que aceito pela Administração do Município de Guapimirim.

**7.5.** Fica indicado o servidor Urias da Silva Fernandes, Mat. nº 10094-3 para Fiscal deste contrato, cuja nomeação será feita através da portaria apropriada.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR MÁXIMO**

R\$ 202.020,00 (duzentos e dois mil e vinte reais) destinados à aquisição do objeto descrito no item 1 e especificado no item 3. A Prefeitura Municipal de Guapimirim não é obrigada a praticar o valor máximo aqui indicado, devendo aplicar as determinações legais contidas na Lei 8.666/93 e legislação correlata, pautando-se pelo melhor preço para a Administração Pública Municipal.

## **9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**9.1.** Fornecido o objeto deste termo, o licitante vencedor deverá apresentar, mediante entrega no Departamento de Compras a nota fiscal/fatura, emitida, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada (s) dos seguintes documentos:

**9.1.1.** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF.

**9.1.2.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

**9.1.3.** Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante vencedor.

**9.2.** O pagamento será efetuado pelo Município de Guapimirim, no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias consecutivos, contados da entrega da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através da Caixa Econômica Federal, creditada em conta corrente do licitante vencedor.

**9.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

**9.3.1.** A falta de atesto pelo representante do Município de Guapimirim, com relação ao cumprimento do objeto deste Termo e da licitação, das notas fiscais emitidas pelo licitante vencedor.

**9.3.2.** Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 9.1.1 a 9.1.3, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município de Guapimirim nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

**9.3.3.** Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que o licitante vencedor apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, fica assegurado ao licitante vencedor, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente entregues e atestados.

**9.4.** O Município de Guapimirim pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor.

#### **10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM**

**10.1.** Cabe ao Município de Guapimirim:

**10.1.1.** Receber a máquina objeto do presente certame e verificar se a mesma está em pleno acordo com as especificações definidas no item 01 Objeto, deste Termo de Referência.

**10.1.2.** Rejeitar no todo ou em parte, a máquina que o licitante vencedor entregar fora das especificações constantes deste Termo.

**10.1.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.

**10.1.4.** Atestar a entrega da máquina em perfeito estado e funcionamento, através do Departamento de Compras, deste município, ou a outro servidor designado para esse fim.

**10.1.5.** Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada na entrega da máquina, e que digam respeito à natureza do objeto contratado.

**10.1.6.** Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades encontradas no curso da execução do objeto, fixando prazo, se necessário, para a sua correção.

**10.1.7.** Permitir acesso dos empregados do licitante vencedor às dependências do local a ser designado para entrega no município de Guapimirim.

**10.1.8.** Aplicar penalidades ao licitante vencedor, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo.

**10.1.9.** Verificar a manutenção pelo licitante vencedor das condições de habilitação, estabelecidas neste Termo.

#### **11. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

**11.1.** Cabe ao licitante vencedor o cumprimento das seguintes obrigações:

**11.1.1.** Efetuar a entrega da máquina em perfeito estado, de acordo com as especificações constantes no presente Termo, dentro do prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pelo Município de Guapimirim.

**11.1.2.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega da máquina. Não será aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

**11.1.3.** Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à entrega e funcionamento da máquina,

**11.1.4.** Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Secretaria solicitante;

**11.1.5.** Dar ciência ao Município de Guapimirim, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega das máquinas.

**11.1.6.** Responder pelas despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes ao objeto.

**11.1.7.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**11.1.8.** Manter, durante o período de entrega da máquina, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento





pelo Município de Guapimirim, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**11.1.9.** Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

**11.1.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Guapimirim.

**11.1.11.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos veículos, sem ônus para o Município de Guapimirim.

**12. PROGRAMA DE TRABALHO**

Código: 20.601.0033.1.110

**13. ELEMENTO DE DESPESA/FONTE DE RECURSOS**

4490.52.00; Fonte de recurso: 011 (para o valor de R\$ 200.000,00 de repasse) e 001 (para o valor de R\$ 2.020,00 de contrapartida da Prefeitura Municipal de Guapimirim).

**14. ORIGEM DO PROJETO**

Proposta do SICONV sob o nº 017761/2017. Contrato de repasse nº 846745/2017 Guapimirim, 11 de julho de 2018. Adriano Coelho Zaphiro /Administrativo.

**AUTORIZO INÍCIO DO PROCEDIMENTO**

**NÃO AUTORIZO INÍCIO DO PROCEDIMENTO**

Daniel Eugênio Figueiredo  
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca

**MANUJUR**



**ANEXO III**

**Modelo de Declaração (Item 8.5.1. do Edital)**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**DECLARAÇÃO**

A.....(Razão Social ..... empresa)....., CNPJ ..... com endereço à..... declara, em atendimento ao previsto no item 8.1, alínea "b" do Edital Pregão Presencial nº **29/2018**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil.

**MANUATA**

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**ANEXO IV**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

A.....(*Razão Social da empresa*)....., Cidadao.....  
com endereço à....., através do seu.....  
(proprietário, sócio-proprietário, presidente, gerente, diretor),  
.....(nacionalidade), .....(estado civil), portador do RG n.  
....., CPF n. ...., residente à  
....., **CONSTITUI** como seu representante no certame licitatório  
- modalidade **Pregão Presencial n. 29/2018** a ser realizado pela Prefeitura  
Municipal de Guapimirim/RJ, o Sr. ...., (nacionalidade),  
.....(estado civil), portador do RG n. ...., CPF n.  
....., residente à ..... que poderá formular  
ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em  
nome da representada, inclusive renunciando ao direito de interpor e desistir de  
recursos.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)





**ANEXO V**

**Modelo de Declaração**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

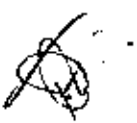
**DECLARAÇÃO**

A.....(Razão Social da empresa....., CNPJ  
....., com endereço à....., declara, em  
conformidade com o art. 32, parágrafo 2º, da Lei n. 8.666/93, que não existem  
fatos supervenientes ao seu cadastramento, que sejam impeditivos de sua  
habilitação para este certame licitatório na Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**MANUATA**





**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM.**

**REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018.**

Sr. Pregoeiro

....., para presente, **DECLARO (AMOS)** que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa ..... , cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1 (UM) TRATOR AGRÍCOLA TURBO DIESEL 4x4 CABINADO, 1 (UMA) GRADE ARADORA, 1 (UMA) GRADE NIVELADORA E 1 (UMA) PLANTADEIRA E ADUBADORA DE 4 LINHAS, TODOS NOVOS E COM ZERO HORA DE USO, FIRMADO COM CONVÊNIO SICONV Nº 67/2018 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.**

..... de ..... de 2018.

.....  
(Assinatura do Representante Legal)





**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO Nº. XXX/2018.**

Contrato nº \_\_/\_\_

**CONTRATO DE COMPRA DE \_\_\_\_\_ QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAPIMIRIM, POR (NOME DO ÓRGÃO) E A**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM, através do **CONTRATANTE**, situada na Rua Dedo de Deus, 1161, Bairro Centro, Cidade Guapimirim e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.550.500/0001-00, representado neste ato por seu Prefeito JOCELITO PEREIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 078757762, expedida pelo IPR RJ e com o CPF nº 928.089.807-87, que delega competência através do Decreto nº XXXX ao Ilmo. XXXXXXXX e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, daquela por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de \_\_\_\_\_, com fundamento no processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições íntegras e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1 (UMA) TRATOR AGRÍCOLA TURBO DIESEL 4X4 CABINADO, 1 (UMA) GRADARADORA, 1 (UMA) GRADARADORA E 1 (UMA) PLANTADEIRA E ARBUDADORA DE 4 LINHAS, TODOS NOVOS E COM ZERO HORA DE USO FIRMADO COM CONVÊNIO SICONV 846745/2017 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de contrato terá duração de 30.(trinta) dias, contados a partir data de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cabe ao Município de Guapimirim:

- a) Receber a máquina objeto do presente certame e verificar se a mesma está em pleno acordo com as especificações definidas no item 01 Objeto, deste Termo de Referência.
- b) Rejeitar no todo ou em parte, a máquina que o licitante vencedor entregar fora das especificações constantes deste Termo.



- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- d) Atestar a entrega da máquina em perfeito estado e funcionamento, através do Departamento de Compras, deste município, ou a outro servidor designado para esse fim.
- e) Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada na entrega da máquina, e que digam respeito à natureza do objeto contratado.
- g) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades encontradas no curso da execução do objeto, fixando prazo, se necessário, para a sua correção.
- h) Permitir acesso dos empregados do licitante vencedor às dependências do local a ser designado para entrega no município de Guapimirim.
- i) Aplicar penalidades ao licitante vencedor, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo.
- j) Verificar a manutenção pelo licitante vencedor das condições de habilitação, estabelecidas neste Termo.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DE CONTRATADA:**

Cabe ao licitante vencedor o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Efetuar a entrega da máquina em perfeito estado, de acordo com as especificações constantes no presente Termo, dentro do prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pelo Município de Guapimirim.
- b) Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega da máquina. Não será aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e utilização do objeto contratado.
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à entrega e funcionamento da máquina.
- d) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Secretaria solicitadas;
- e) Dar ciência ao Município de Guapimirim, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega das máquinas.
- g) Responder pelas despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem cobradas, referentes ao objeto.
- h) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a este município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- i) Manter, durante o período de entrega da máquina, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Município de Guapimirim, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- j) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- l) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Guapimirim.
- m) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos veículos, sem ônus para o Município de Guapimirim

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de \_\_\_\_\_, assim classificados:

Natureza das Despesas:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

**Dá-se a este contrato valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Em conformidade com os artigos 33 a 76 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, a máquina de que trata o objeto do presente Termo e da licitação, serão recebidos da seguinte forma:

**a) Provisoriamente**, assim que for entregue a máquina, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações exigidas neste Termo e na licitação, bem como, com as constantes da proposta apresentada pela empresa contratada.

**b) Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e conformidade com as especificações do objeto e consequente licitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** O recebimento, provisório e definitivo, da máquina ficará a cargo do servidor municipal que será designado para esta finalidade, cabendo a este o atestado de Nota Fiscal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** O atestado de recebimento provisório, registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos produtos.

**PARÁGRAFO QUARTO** A máquina entregue, em desacordo com o objeto contratado, deverá ser substituída. Neste caso, o prazo para substituição e/ou complementação, será determinado pela Administração Municipal e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRFO QUINTO** Não será aceito a máquina que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo o licitante vencedor interromper a entrega da máquina até o saneamento das irregularidades.





**PARÁGRAFO SÉTIMO** Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do licitante vencedor, não incidirá sobre o Município de Guapimirim qualquer ônus, inclusive financeiro.

**PARÁGRAFO OITAVO** O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá entregar a máquina, objeto do presente termo na sede do município de Guapimirim, no endereço informado no item 5, sem nenhum ônus adicional.

**PARÁGRAFO NONO** O recebimento definitivo da máquina, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade do(s) licitante(s) vencedor(s), quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Guapimirim, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos decorrentes ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Fornecido o objeto deste termo, o licitante vencedor deverá apresentar, mediante entrega ao Departamento de Compras a nota fiscal/fatura, emitida para fins de liquidação e pagamento, acompanhada (s) dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF.
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.
- c) Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante vencedor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** O pagamento será efetuado pelo Município de Guapimirim, no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias consecutivos, contados da entrega da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através da Caixa Econômica Federal, creditada em conta corrente do licitante vencedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:



- a) A falta de atesto pelo representante do Município de Guapimirim, com relação ao cumprimento do objeto deste Termo e da licitação, das notas fiscais emitidas pelo licitante vencedor.
- b) Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 9.1.1 a 9.1.3, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município de Guapimirim nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.
- c) Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que o licitante vencedor apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, fica assegurado ao licitante vencedor, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente entregues e atestados.

**PARÁGRAFO QUARTO** O Município de Guapimirim pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de \_\_\_\_ % (\_\_\_\_) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, para que seja mantido o percentual de \_\_\_\_ % (\_\_\_\_) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

**PARÁFRAGO PRIMEIRO** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;



**PARÁGRAFO SEGUNDO** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados no artigo 78, incisos I a XVII, XVIII, DA Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;

**PARÁGRAFO QUARTO** A rescisão de que trata a subcláusula 12.3.1 acarreta as seguintes consequências, no que couber, sem prejuízos das sanções previstas neste Contrato:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do artigo 5º, inciso V, da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 desta Lei;
- c) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

**PARÁGRAFO QUINTO** A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Boletim Informativo Oficial;

**PARÁGRAFO SEXTO** Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** Na hipótese da rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou, ainda, sobre o valor do contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula sexta, deste contrato;



a) A multa referida na subcláusula anterior não tem caráter compensatório e será descontada no valor da garantia se houver;

b) Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO OITAVO** Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, O CONTRATANTE deverá promover:

a) a devolução da garantia;

b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos;

**PARÁGRAFO NONO** Na hipótese de rescisão por culpa do CONTRATADO, este somente terá direito ao saldo das faturas relativas ao objeto fadido e aceitos até a da rescisão, após a compensação prevista nas subcláusulas a) e e);

**PARÁGRAFO DÉCIMO** No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia se houver;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O CONTRATO que cometer algumas das infrações constantes nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520 de 17 de julho de 2002, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) Multa moratória de 1,00% (um por cento) por dia sobre o valor da nota de empenho, do contrato, ou, se for o caso, do saldo não atendido, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou a unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;





e) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

A) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

**PARÁGRAFO QUARTO** As sanções estabelecidas nos subitens a a e são de competência do Secretário Municipal de Agricultura

**PARÁGRAFO QUINTO** A autoridade competente para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre



mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual elencados:

a) a falta de cumprimento ou o irregular cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; b) a demora na execução, capaz de fazer presumir a não conclusão de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados; c) o atraso no início de obra, serviço ou fornecimento; d) a paralisação parcial ou total de obra, serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; e) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a verificação de insolvência do contratante, na forma da lei; f) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratante; g) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato; h) razões de interesse do serviço público, a juízo da autoridade; i) a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

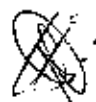
PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução de responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**





**A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

PARÁGRAFO ÚNICO - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: SUBCONTRATAÇÃO**

20.1 É defeso a subcontratação do objeto principal do contrato;

20.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar e nem ceder o objeto acessório do contrato em a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial;

20.3 A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com o CONTRATADO por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, excetuadas as de natureza trabalhista e previdenciária.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da cidade de Guapimirim, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordados em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Guapimirim, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**NOME DO ÓRGÃO**  
**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**  
**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**

TESTEMUNHA

TESTEMUNH



**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018.**

.....  
....., inscrita no CNPJ no ....., por intermédio  
de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) .....  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF  
no ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item V –  
Condições para Participação do Edital, sub item 4, sob as sanções administrativas  
cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(  ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar  
Federal nº 128, de 14/12/2006;**

(  ) **MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 123 de  
14/12/2006, e suas alterações;**

(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE, Lei Complementar nº 123 de  
14/12/2006, e suas alterações;**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º  
do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
..... (data)

.....  
..... (assinatura de sócio da firma)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio juntamente  
com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes, pelas empresas que  
pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido  
previsto Lei Federal Complementar nº 123/2006.